
EXTENSÃO RURAL

NO ESTADO DE GOIÁS:

PRODUÇÃO FAMILIAR

E MODERNIDADE REFLEXIVA

ELOÍSA PIO DE SANTANA, **FAUSTO MIZIARA**

Resumo: o ponto de partida desta pesquisa é o pressuposto teórico de que a Extensão Rural constitui a porta de acesso dos produtores rurais à modernidade. Para tanto, adotamos o modelo teórico de Giddens e consideramos a Extensão Rural como ponto de acesso aos sistemas peritos. Particularmente nos interessa refletir sobre o papel desempenhado pelos extensionistas, agentes fundamentais desse processo, indagando como eles percebem sua atividade. Assim, realizamos um estudo de caso, tendo como objeto de análise a Emater (GO) no período de 1975 a 1999. Foi possível constatar a recorrente referência, por parte dos extensionistas, à noção de confiança, categoria central que explica a adesão dos indivíduos a um projeto de modernidade que eles mesmos não controlam.

Palavras-chave: *modernidade, produção, extensão*

Com a expansão da modernidade, ocorrem mudanças de comportamento, caracteristicamente produto de uma crescente racionalização. Cada vez mais nos tornamos dependentes do conhecimento científico e tecnológico, base desse processo de modernização. Sendo assim, a importância do conhecimento e da tecnologia, em qualquer ramo

da atividade humana, é fato notório, e particularmente no setor agrícola. Estamos, a cada dia, ingressando no mundo da informática, da biotecnologia e das novas fontes de energia. Ciência e tecnologia são instrumentos imprescindíveis para que o país possa dispor plenamente de suas riquezas naturais e transformá-las em bens econômicos a serem colocados à disposição de toda a sociedade.

O processo de modernização da agricultura, principalmente a partir de meados da década de 1960, induziu uma crescente racionalização das atividades produtivas no campo. Esse processo, em parte, foi sustentado por uma significativa rede de extensão rural, formulada pelo Estado. Apesar de beneficiar principalmente os grandes produtores, a intervenção do Estado, particularmente as atividades de Extensão Rural, atingiu também os produtores familiares. Estas intervenções provocaram mudanças na forma de pensar dos produtores familiares, no seu comportamento e na sua visão de mundo, levando-os na maioria das vezes, a incorporar, em alguma medida, o pensamento racional e reflexivo.

Para analisarmos esse processo, tomamos como referência teórica o modelo proposto por Giddens (1991; 1996; 2003) para estudar a modernização. Particularmente, nos interessa a leitura que o autor realiza da inserção dos indivíduos nesse processo, por meio de uma monitoração reflexiva da ação.¹ Giddens enfatiza a importância dos sistemas peritos² na construção da reflexividade em situação de modernidade. Parte da premissa de que a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos. Em condições de modernidade, o futuro está sempre aberto, não apenas em termos da incerteza comum das coisas, mas em termos da reflexividade do conhecimento no qual as práticas sociais são organizadas. Numa situação em que muitos aspectos da modernidade tornaram-se globalizados, ninguém pode optar por sair completamente dos sistemas abstratos envolvidos em instituições modernas. Por esta razão, contatos com peritos ou seus representantes ou delegados, sob a forma de encontros em pontos de acesso³ são peculiarmente significativos nas sociedades modernas. Os encontros com os representantes de sistemas abstratos podem ser regularizados e assumir facilmente características de confiabilidade associada com amizade e intimidade, como, por exemplo, de um médico, dentista ou

agente de viagens, com os quais se lida regularmente por um período de anos.

A confiança pressupõe fé em princípios impessoais, que re-trucam apenas de uma maneira estatística quando não cumprem com os resultados buscados pelos indivíduos. Esta é uma das principais razões pelas quais os indivíduos nos pontos de acesso se esforçam para se mostrar confiáveis; eles proporcionam o elo entre a confiança pessoal e a do sistema. A confiança em sistemas abstratos contribui para a confiabilidade da segurança cotidiana, mas, por sua própria natureza, não pode oferecer nem a mutualidade nem a intimidade que as relações de confiança pessoal oferecem.

Com o desenvolvimento dos sistemas abstratos, a confiança em princípios impessoais, bem como em outros anônimos, torna-se indispensável à existência social. O homem não detém todo o conhecimento, hoje cada atividade deve ser feita por instituições especializadas. A confiança pessoal, precisa então ser trabalhada pelas partes envolvidas, requerendo uma entrega do indivíduo para o outro, a confiança tem que ser ganha e o meio da fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis.

No contexto desta pesquisa, com base nas análises de Giddens, adotamos o conceito de sistemas peritos e pontos de acesso, ou seja: A Extensão Rural e Assistência Técnica (Emater/Agencia Rural) é um ponto de acesso entre os produtores familiares e as novas tecnologias (Pacotes Tecnológicos) implementadas pelos sistemas peritos (as normas da agronomia, máquinas e equipamentos das indústrias etc).

O objetivo deste trabalho é analisar a atividade extensionista como um ponto de acesso aos sistemas peritos para o produtor rural, nos termos definidos acima. Particularmente nos interessa refletir sobre o papel desempenhado pelos extensionistas, agentes fundamentais desse processo, indagando como os mesmos percebem sua atividade.

Para tanto, realizamos um estudo de caso, tendo como objeto de análise a Emater (GO). Fizemos o levantamento dos dados da atuação da empresa durante o período de 1975-1999. Para entendermos a ação dos agentes envolvidos neste processo, num primeiro momento fizemos uma visita a alguns municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás, ocasião em que realizamos entrevistas com técnicos da extensão rural para conhecimento de

algumas particularidades dessa microrregião em relação às outras do Estado de Goiás. Essas entrevistas foram complementadas por outras que envolveram técnicos envolvidos com a Extensão Rural em todo o estado de Goiás. No total realizamos 21 entrevistas com técnicos que atuaram e atuam na empresa no período em estudo.

A EXTENSÃO RURAL EM GOIÁS

De modo geral, a Extensão Rural em Goiás segue a trajetória observada no país como um todo. A base da sistematização desse processo ocorreu com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), em 1956, para coordenar as Unidades Estaduais de Extensão Rural em todo o país. A terminologia “Associação de Crédito e Assistência Rural” está consubstanciada Nos primeiros programas de Extensão porque foram implantados vinculados ao crédito rural supervisionado, dada a sua importância no financiamento e melhoria da renda do produtor rural. Com a criação da Abcar, todas as Associações de Crédito e Assistência Rural dos Estados (serviços estaduais de extensão) a ela se filiaram e passaram a fazer parte do órgão máximo de direção da Abcar, que era sua Junta Governativa.⁴ No final da década de 1960 e início da década de 1970, O Sistema Brasileiro de Extensão Rural contava com a Abcar e mais 21 Associações de Crédito e Assistência Rural, 1025 escritórios locais e 138 regionais, atuando em regime de cooperação com o governo federal.

Nesse contexto, o trabalho extensionista passou institucionalmente por mudanças, perdeu um pouco do seu aspecto aleatório e improvisado, “informal”, dando lugar à ação planejada baseada em critérios racionais e neutros como anunciava a moderna técnica de planejamento. O trabalho educativo passou a constituir a tentativa de mudar o comportamento das famílias rurais quanto à utilização de inadequadas práticas agrícolas e de ausência de planejamento de trabalho, para que estas se libertassem e pudessem viver “independentes de ajudas governamentais”.

No dia 03 de março de 1959, sob os auspícios da Abcar e do Governo do Estado de Goiás, nasce a (Acar-Goiás) Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás. Lançou-se, então, em solo goiano a semente da Extensão Rural.

A década de 1965 a 1974 foi bastante fértil para a Acar (GO) no Estado, pois, neste período, o número de escritórios locais elevou-se de 13 para 81 e de escritórios regionais de 02 para 12. A sua força de trabalho no campo elevou-se de 36 para 279 extensionistas até o final do decênio 1965/75.

Os técnicos de Extensão Rural entrevistados são unânimes em ressaltar a importância da Acar (GO), por reconhecerem que, até então, o Estado tinha praticamente suas instituições agropecuárias que não conseguiam muitos resultados, porque faltava integração entre elas. Mas, com a metodologia mundial herdada dos Estados Unidos da América (EUA), que veio primeiramente para Acar (MG) (1948), disseminou-se pelo Brasil e chegou em Goiás. Esta metodologia de trabalho demonstrativa, de acordo com os técnicos, realmente convencia o produtor rural, que ficava atento às novidades, analisando, e muitos deles aderiam às novas tecnologias.

Cabe destacar o primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-1965)⁵, no qual o Sistema Abcar alinha-se ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo Governo federal e apoiado, fundamentalmente pelo estímulo ao uso do crédito rural subsidiado, com vistas à tecnificação da agricultura para a produção de excedentes comercializáveis.

Nesse contexto, os médios e grandes produtores ganham espaço como público-meta do serviço de extensão rural, que, segundo o sistema vigente na época, estaria mais preparado para atender às exigências bancárias de garantias reais para a concessão de créditos, além de apresentar melhores condições de respostas à tecnificação proposta para a produção de excedentes, como previa o modelo de modernização em vigor.

As implicações desse modelo se fizeram sentir na modificação da estratégia de atuação, a extensão rural passa a atuar dentro de um processo de contato individual baseado em visitas para orientação técnica e creditícia, em detrimento de um trabalho grupal e participativo. Com este processo, o trabalho com a família foi questionado e enfraquecido.

É preciso também analisar esse desenvolvimento de uma outra forma, pois existia o interesse da Associação Internacional Americana (AIA) no desenvolvimento desse processo no país. É importante ressaltar que alguns agentes envolvidos nesse processo

desenvolveram uma percepção crítica, por exemplo, identificando os interesses envolvidos na adoção dos modernos pacotes tecnológicos. Apesar disso, a maior parte dos técnicos entrevistados afirma que o trabalho da empresa, nesse período, era um trabalho mais coordenado; segundo eles, havia uma disposição e uma organização da própria empresa no desenvolvimento dos trabalhos, um planejamento, era uma época melhor para se trabalhar.

A Abcar foi extinta e, em 14 de fevereiro de 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A partir daí, e para manter coerência com o princípio de descentralização das estruturas administrativas no âmbito dos estados e dos territórios, foram criadas as Empresas de Assistência Técnica e Extensão nos Estado (Emater) E Associações de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos territórios (Aster). O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica (Siber) passou a constituir o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater)⁶.

As Emater deveriam substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar, Ascar, Ancar) que eram associações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, ao passo que as Emater eram empresas públicas estaduais, com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo da Embrater. Assim, cabia aos Estados a adequação à Lei 6.126 em 1975. Por determinação do Governador Irapuan Costa Júnior, iniciaram-se os preparativos para a transformação da Acar-Goiás em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-Goiás).

A Lei 7.969, de 15 de outubro de 1975, consolida esses estudos e, em reunião, no dia 25 de fevereiro de 1976, a junta Governativa da Acar (GO) aprova a incorporação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás pela Emater-Goiás e, assim, nasce o novo sistema, coordenado, agora, pela Embrater.

Com a criação da Embrater (1975) e a extinção da Abcar (1975), o novo sistema elege como prioritárias algumas diretrizes e estratégias, dentre elas, prioridade aos pequenos e médios produtores rurais, aos agricultores e trabalhadores rurais sem terra e às famílias dos agricultores assistidos representados pelas mulheres e jovens rurais. Nessa perspectiva, a Emater (GO), tomando como base a assistência aos produtores a partir do ano de 1980,

intensificou a assistência aos pequenos produtores, atendendo, em média, 30.000 pequenos produtores ao ano. Apesar do atendimento a este grande número de pequenos, médios e grandes produtores, não houve aumento no total geral de produtores assistidos pela extensão rural. Isto nos leva a inferir que o problema poderá ter ocorrido pela repetição dos mesmos produtores assistidos durante o período em questão, ou seja, 1980/1999.

No desenvolvimento de suas ações, a empresa priorizou bastante o trabalho com conservação do solo. Vale ressaltar que a prioridade à conservação do solo estava voltada para as regiões onde o cultivo e a mecanização são intensivos: Sul, Sudoeste e Mato Grosso de Goiás. Outro fator que contribuiu para esta prática a partir de 1975 foi a criação, pelo Governo Federal, da Lei que disciplinava “a proteção do solo” (Lei n. 6.225 de 14/07/1975). A explicação para essa prioridade à conservação do solo em determinadas regiões se dá pelo fato de serem regiões agricultáveis com muita lavoura, o que exige que se faça conservação do solo.

Outra área trabalhada pela empresa foi a capacitação da mão-de-obra rural. De acordo com dados da empresa, a capacitação de mão-de-obra tem por objetivo a melhoria da mão de obra do setor primário, representada por produtores, assalariados, jovens, dirigentes de cooperativas, por meio da transferência de tecnologia, visando o aumento da produção e da produtividade, ao mesmo tempo que concorre para a elevação das condições de vida do homem do campo.

Os cursos de capacitação abrangiam várias áreas: olericultura, arroz, milho, soja, sericultura, feijão, fruticultura, algodão, bovinos de corte e leite, educação, nutrição, alimentação, saúde, organização rural e conservação do solo, dentre outros. Para a realização desses cursos, os serviços de extensão rural contavam com a participação de parceria com profissionais liberais, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, além de recursos técnicos e financeiros, à época postos à disposição do programa, como por exemplo, o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego), Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), entre outros.

Outro fator também considerado para a realização desse programa de capacitação de mão de obra rural é que a carência de

mão de obra qualificada no meio rural acentuava-se à medida que novas tecnologias eram introduzidas no setor agropecuário.

É importante analisar, neste momento, como era feito o trabalho de transferência de tecnologia aos produtores, como era a aceitação dos produtores com relação a essas técnicas, e que resultados a empresa obtinha visando o aumento da produção, a produtividade e o bem-estar do produtor e da sua família. Segundo os técnicos da extensão, primeiramente eram feitos contatos para conhecimento da realidade do produtor; logo após, eram feitas visitas periódicas, reuniões, unidades demonstrativas para a transferência de tecnologia, dias de campo e excursões, para mostrar os resultados obtidos aos produtores.

É importante também analisar a aceitação dos produtores quando do recebimento dessas técnicas, se recebiam de imediato ou se havia resistência, se viam vantagens ou desvantagens nas mesmas. Ao observar a relação dos extensionistas com os produtores, constatamos que a aceitação ou não dependia do nível de confiança estabelecida entre eles. Para os técnicos, isso não foi tão fácil, exigia paciência, habilidade para transformar, adequar o que era tradicional em conhecimento moderno.

De acordo com os técnicos entrevistados, a relação no passado era muito boa, era uma relação de confiança; além de um planejamento com a comunidade, havia vários técnicos para fazer a extensão. Alguns técnicos destacam o paternalismo na empresa, mas, paternalista ou não, a confiança dos produtores com os técnicos era muito fortalecida, e isso, é unânime entre os técnicos da empresa, talvez por ser justamente paternalista.

Uma outra questão destacada por vários técnicos era que naquela época as tecnologias eram mais demoradas, os meios de comunicação não chegavam ao campo com a velocidade com que chegam hoje, era então um processo de adoção que envolvia desde o dia em que ele recebia a primeira mensagem até a adoção da técnica, era muito mais demorado.

Analisando esta oposição entre o tradicional e moderno, Giddens (1997) afirma que a modernidade sempre se colocou em oposição à tradição. A experiência global da modernidade está interligada e influenciada, sendo por ela influenciada, a penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana.

Ou seja,

Estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto àqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição, em constante mutação e, como também ocorre no plano global, devem ser considerados no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialistas, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no sentido geral da técnica, desempenha aqui o papel principal, tanto da forma de tecnologia material quanto da especializada expertise social (GIDDENS, 1997, p. 77).

A tecnologia (conhecimento) é transformada em processos de uma determinada ação, arte ou ciência.

Para fazer transferência de tecnologia junto aos produtores, era preciso uma boa relação com os órgãos de pesquisa; este fator também foi discutido com os técnicos da extensão rural. Segundo eles, a extensão não vive sem a pesquisa e, se a pesquisa não se integrar com a extensão, perde a função de ser. No Estado de Goiás, com a criação da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa), em 1973, veio a Estação Experimental de Arroz e Feijão, o relacionamento das instituições, segundo eles, foi mais fácil.

Cabe aqui fazer a diferenciação existente num sistema perito, ou seja, o sistema perito que rege a modernização no campo é a ciência agrônômica. Este sistema se divide em produtores do conhecimento, que, no caso, são os institutos de pesquisa e nos difusores do conhecimento, que são os pontos de acesso, que, no caso, é a extensão rural.

Com relação à área de Bem Estar Social, de acordo com os dados institucionais, o objetivo desse trabalho era o de melhorar o nível de vida junto às famílias e comunidades, a Emater (GO) atuando prioritariamente nas áreas de saúde, alimentação e educação.

O trabalho em saúde voltou-se para a educação sanitária, formação de infra-estrutura sanitária e prevenção às doenças de massa. Na área de alimentação, enfatizou-se a educação alimentar, levando-se conhecimentos sobre produção de alimentos a nível doméstico, educação nutricional, consumo de alimentos e melhoria de hábitos alimentares.

Em educação, procurou-se somar ação aos esforços públicos, no sentido de solucionar problemas educacionais, dinamização de escolas rurais, construção de escolas, utilizando-se das forças vivas da comunidade. Em alimentação, enfatizou-se a educação alimentar, levando conhecimento sobre produção, produtividade e consumo de alimentos e melhoria de hábitos alimentares.

Segundo os técnicos, em épocas de campanhas de vacinação, todos do escritório se mobilizavam para trabalhar juntamente com as extensionistas sociais nas campanhas.

Percebe-se na área de bem-estar-social, a ligação da empresa de Extensão Rural com outros sistemas peritos, ou seja, a extensão rural também foi difusora de conhecimentos que abarcam os sistemas que regem as normas para saúde e alimentação.

Na organização rural, de acordo com os relatórios, a mesma é representada pelo cooperativismo, pelo sindicalismo, por clubes e associações de produtores, constituindo-se assim como a base para o autodesenvolvimento dos agropecuaristas, entendendo que a promoção do homem rural está direta e positivamente relacionada com a organização de suas entidades de classe.

Na área de pecuária, as ações da Emater (GO), nos campos de criação, contemplaram preferencialmente, bovinos de leite, bovinos de corte, suínos e aves. Dentre as atividades desenvolvidas para a melhoria da produtividade dessas explorações, destacam-se: confinamento, inseminação artificial, imunização do rebanho, formação de pastagens, mineralização e alimentação do animal na seca.

Segundo relatórios, em coerência com a prioridade de atendimento ao pequeno e médio produtor, a empresa estimulou a introdução de criações de pequeno porte, abelha e ovelha, alternativa para obtenção de maiores rendimentos e a ocupação da mão de obra familiar, além de permitir o incremento de produtos de subsistência.

Na agricultura, de acordo com os relatórios de atividades, as ações de assistência técnica, voltadas para o aumento da produção e produtividade, foram direcionadas a todas as culturas com representatividade econômica para o Estado de Goiás. Procurou-se também, junto aos produtores, estimular a introdução e fomento de novas culturas, como é o caso da cana-de-açúcar e do trigo.

A Emater (GO) deu maior ênfase aos seguintes aspectos: conservação do solo e da água, administração rural, racionalização do processo de comercialização, através da oferta de informações de mercado, redução nos custos de produção, uso de insumos modernos, irrigação e drenagem etc.

Apesar da enorme importância da Embrater como ponto de acesso dos produtores rurais às modernas tecnologias, ela foi extinta no governo do presidente Fernando Collor de Melo. Um fator importante para a decadência dos serviços de extensão no país, com relação à extinção da Abcar e da Acar é que as mesmas eram consideradas como organizações sem fins lucrativos, filantrópicas e, nessa condição, isentas do pagamento de obrigações sociais, impostos e taxas, tais como Previdência social (INSS), Imposto de Renda (IR), Imposto sobre veículos automotores (IPVA), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) etc⁷.

Dentre outros fatores, o não ajustamento aos novos tempos, questões político-administrativas, metodológicas, técnicas, políticas, relacionamentos, salários, motivação, contribuíram para a decadência dos serviços de extensão no país. Um outro fator importante a ser destacado é que nesse período acabou o crédito subsidiado, enfraquecendo assim, os serviços de extensão que dependia dos mesmos. Diante desse quadro, apoiado em inúmeros problemas, em 1990, o Governo do Presidente Fernando Collor, no seu Programa de Reformas com supressão de instituições públicas, enviado ao Congresso Nacional, propõe a extinção da Embrater⁸.

A responsabilidade pela coordenação da extensão rural, que era da Embrater, passava, então, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Com a extinção da Embrater, os dirigentes das Ematers estaduais conseguiram junto ao governo federal a criação da Associação Brasileira das Empresas de Extensão Rural (Asbraer) em 1990. E, com os esforços da Asbraer, Fazer e Emater, foi criada pelo decreto n. 1.261 de 4 de outubro de 1994 o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), junto à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura.

Nas análises de Olinger (1996), o departamento já nasceu fraco, principalmente quanto aos recursos financeiros e materiais disponíveis para ajudar a manter os serviços de extensão existen-

tes no país, que na sua maioria, se encontravam sob forte crise financeira.⁹

A extinção de um sistema de gestão nacional fez com que cada estado da Federação buscasse sua própria resposta para a necessidade de manter a extensão rural. No caso específico de Goiás, a Emater foi transformada em Agência Rural, mudando seu status jurídico. Com isso, a situação da empresa, atualmente, é quase que exclusivamente dependente do Governo de Goiás e dos convênios com a prefeitura, e diante disso, a empresa tem que construir e estabelecer uma relação de confiança com as duas esferas governamentais. Outro fator de difícil conciliação, citado pelos técnicos, é a questão da ingerência política dentro da extensão rural, que muitas vezes dificulta a continuidade dos trabalhos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi realizada com o intuito primordial de revelar algumas das particularidades do processo de modernização agropecuária: qual foi o papel das instituições que foram criadas para promover esse desenvolvimento no campo. Nessa perspectiva, optamos por utilizar o referencial teórico de alguns autores, para trabalharmos temas específicos. E o modelo teórico utilizado para explicar as especificidades da modernidade, introduzida no meio rural, por meio das instituições especializadas foi o da modernidade reflexiva de Anthony Giddens.

Anthony Giddens nos oferece uma nova interpretação das transformações sociais associadas à modernidade, mostrando os mecanismos de desencaixe, intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas. a criação das fichas simbólicas, o estabelecimento dos sistemas peritos e as relações de confiança que são essenciais para o distanciamento tempo-espaco, constituem elementos centrais para compreender a ação dos extensionistas encarregados de promover a modernização da agropecuária.

No processo de modernização da agricultura, foram criados mecanismos institucionais para viabilizar o processo de modernização junto ao produtor rural. Diante da nossa pesquisa, baseados nas leituras bibliográficas, na pesquisa de campo, identificamos que a emater-go foi e ainda é um ponto de acesso entre modernização da agropecuária e produção familiar, trabalhando juntamente

com os órgãos de pesquisa e levando os seus resultados ao campo em forma de unidades demonstrativas, cursos, excursões, dias de campo; enfim, proporcionando o conhecimento ao produtor rural. com algumas dificuldades, com suas falhas, é claro, mas durante o período foi o único órgão a desenvolver este trabalho, o de ser intermediária junto ao produtor.

Quando analisamos a modernização agropecuária, vista pelo lado da aceitação do produtor na visão dos extensionistas, podemos perceber claramente que a introdução das tecnologias não foi fácil. Era preciso um trabalho de sensibilização, conhecimento, prática, pois a aceitação por parte do produtor não era imediata. Significava uma mudança de cultura, e até aquele momento ele vivia do conhecimento tradicional passado de pai para filho.

Quando Giddens afirma que a confiança em princípios pessoais, bem como em outros anônimos, torna-se indispensável à existência social, e que essa confiança pessoal precisa ser trabalhada pelas partes envolvidas, requerendo uma abertura do indivíduo para o outro, a confiança tem que ser ganha e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis. Trazendo isso para o contexto da nossa pesquisa, torna-se bastante claro que os extensionistas conseguiam fazer as transferências de tecnologia porque existia uma confiança do produtor no técnico extensionista no sentido do conhecimento científico. Mas também existia uma confiança que ultrapassava esse limite, ou seja, transferindo o conhecimento científico para os laços da vida cotidiana, o técnico passava a fazer parte da vida do produtor. Os produtores conseguiram achar a sua identidade entre as estratégias e opções oferecidas pelos serviços de extensão. Foi por meio da metodologia da extensão que essa confiança foi adquirida, pois extensão segundo os técnicos, envolve muito mais que a simples assistência técnica, ou seja, envolve o trabalho como um todo, o social, o técnico, enfim, a vida do produtor. O verdadeiro extensionista é aquele que vê o todo na propriedade e tenta ajudar o produtor.

Nós estamos falando muito mais do que em tecnologia, envolvendo toda uma concepção de mundo, mais racional e moderno.

Entretanto, quando essa confiança é abalada, torna-se inviável aos agentes nos pontos de acesso transferir os conhecimentos adquiridos pelos órgãos de pesquisa ao produtor. Isso ficou muito claro no nosso trabalho, quando houve o processo de liquidação

da Emater (GO) e a criação da Agencia Rural, e se juntaram órgãos incompatíveis de se trabalhar em conjunto, como a extensão e a fiscalização. Toda aquela confiança que o produtor tinha no extensionista foi abalada e precisa ser recuperada se os serviços de extensão quiserem continuar a desempenhar o seu papel, mesmo que seja dentro de uma outra vertente como foi falado nas entrevistas, a preservação do meio ambiente.

Podemos perceber claramente que os problemas da Emater começaram com a extinção da Embrater, depois na junção com a Emgopa e se intensificaram com a liquidação da Emater e criação da Agencia Rural. Vários problemas que foram acarretando uma situação que, a meu ver, se não forem elaboradas políticas públicas a nível estadual e federal para o reerguimento da extensão rural, a tendência é cada vez mais inviabilizar o trabalho de extensão.

Outro ponto constatado na nossa pesquisa de campo é a uniformidade de informações repassadas pelos técnicos da extensão rural, o que demonstra que na época da Emater havia um planejamento de ações e uma metodologia de trabalho bastante integrada entre os técnicos. Nas entrevistas conversamos com extensionistas de localidades diferentes, e também com funções diferenciadas na empresa. Percebemos também nos técnicos um grande comprometimento pelo serviço de extensão, apesar de, no momento, estarem um pouco abalados e desanimados com tantas mudanças.

Pelos dados levantados e pelas entrevistas realizadas, foi possível constatar que durante o período de 1975-1999 a Emater (GO) foi a instituição que promoveu a inserção do produtor familiar no processo de modernização da agricultura, foi o ponto de acesso entre o conhecimento científico dos órgãos de pesquisa e o meio rural, principalmente o produtor familiar. Diante de tais fatos é preciso ser repensado o serviço de extensão rural, ele não pode acabar, pois, segundo os técnicos, o pequeno produtor ainda precisa muito da extensão, pois o grande e o médio têm condições de contratar os serviços particulares, mas, o pequeno só tem a extensão. Outro fator a ser considerado é que os serviços particulares visam lucro e o pequeno produtor não tem condições para tal.

Toda a nossa pesquisa empírica baseou-se na percepção dos agentes de extensão frente ao processo de relação entre Produção Familiar e Modernização da Agropecuária e o papel da extensão rural dentro desse processo. Mas, essa pesquisa não se encerra aqui,

é preciso retomá-la futuramente, em uma outra ocasião, para que possamos analisar os impactos desses métodos extensionistas na vida do produtor e no aumento de sua produção e produtividade, assim como a sua qualidade de vida. Verificar na sua visão como a extensão desempenhou o seu papel nesse processo.

Notas

- ¹ Segundo Giddens (2003, p. 443), a monitoração reflexiva da ação é “O caráter deliberado ou intencional do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente; a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo”.
- ² “Os ‘Sistemas Peritos’ são os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta “profissionais” – advogados, arquitetos, médicos, apenas de modo periódico ou regular. Mas, os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influenciam muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança” (GIDDENS, 1991, p. 35).
- ³ Ponto de acesso são pontos de conexão entre indivíduos ou coletividades leigos e os representantes de sistemas abstratos. São lugares de vulnerabilidade para os sistemas abstratos, mas, também junções nas quais a confiança pode ser mantida ou reforçada.
- ⁴ “A finalidade principal da ABCAR era coordenar a Extensão Rural no Brasil, preservando sua filosofia, princípios, normas e metodologia de ação, acompanhando o desempenho das filiadas, realizando avaliações de resultados e buscando novos caminhos para aumentar a eficácia dos serviços. A ABCAR era, ainda, responsável pela obtenção e distribuição dos recursos financeiros de origem federal, internacional e de outras fontes. Promovia o intercâmbio de conhecimentos entre os técnicos das filiadas e do exterior [...]. A Abcar procurou expandir a Extensão Rural nos Estados, estimulando a assinatura de convênios com os governos que ainda não dispunham de tais serviços [...]” “Esse foi o melhor período da Extensão no Brasil, em termos de expansão e qualidade dos serviços prestados. É um fato histórico que precisa ser avaliado, sem tendenciosidade, para obter-se algumas lições úteis sobre a condução de serviços financiados pelo poder público” (OLINGER, 1996, p. 59-61).
- ⁵ “A Abcar (1960) definiu seu Plano diretor 1961-1965, a extensão Rural como um processo de educação informal, destinado a agricultores, donas-de-casa, jovens rurais e demais interessados no melhoramento da agricultura e do lar em melhores condições de vida para as populações rurais [...]. Conforme o Plano Diretor para o SIBER, seria o desenvolvimento do meio rural, através da valorização do homem, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento do país” (RIBEIRO, 1985, p. 15).

- ⁶ “Criada a Embrapa teve início a movimentação em Minas Gerais para criação de uma empresa de extensão rural semelhante à de pesquisa. O argumento que circulava era assegurar recursos financeiros ao sistema de extensão rural, problema que estava começando a tornar-se insolúvel ante o crescimento quantitativo, sem a necessária qualidade, do quadro do pessoal dos serviços estaduais [...]. A Abcar vinha sofrendo retaliações do Ministério da Agricultura, a ponto de remeter os recursos financeiros para os Estados via sua Delegações Estaduais” (OLINGER, 1996, p. 93).
- ⁷ “As isenções citadas representavam uma economia para a Abcar e Associadas que girava em torno de 25% sobre o montante das folhas de pagamento de pessoal, ou seja, uma quantia mais que suficiente para cobrir todas as despesas de capital e custeio dos serviços de extensão do ex-sistema brasileiro composto pela Abcar e Associações Estaduais [...]”. “A Embrater e suas associadas estaduais perderam a prerrogativa de isenções fiscais que eram concedidas à Abcar e às suas associadas. A perda orçamentária significava cerca de 10 milhões de dólares por mês” (OLINGER, 1996, p. 125-6).
- ⁸ “A prova que a Embrater estava realmente enfraquecida e que o próprio Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural já não possuía a força e o ânimo necessários para reverter o quadro, foi a aprovação da proposta presidencial, pelo poder legislativo, sendo a Embrater extinta e seus funcionários demitidos” (OLINGER, 1996, p. 167).
- ⁹ “A avaliação histórica da extensão rural no Brasil leva a crer que o período em que a extensão rural produziu os melhores resultados para os produtores rurais e para a agricultura brasileira foi aquele em que o sistema era composto por associações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado (Associações de Crédito e Assistência Rural-tipo ACAR), instituídas nos Estados e Territórios e coordenadas por uma Associação nacional, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), formando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, que tinha como órgão máximo uma Junta Governativa” (OLINGER, 1996, p. 173).

Referências

Emater-GO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão. *Relatório anual de atividade*. Goiânia: Emater-GO, 1975-1999.

FONSECA, M. T. L. *Extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

GIDDENS, A. *As novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.

674 GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição,*

estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.

RIBEIRO, R. P. *O sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural: uma análise retrospectiva*. Brasília: Embrater, 1985.

ELOÍSA PIO DE SANTANA

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Gerente de Programas Especiais da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. *E-mail*: eloisa@sectec.go.gov.br

FAUSTO MIZIARA

Doutor em Sociologia pela UnB. Professor de Sociologia da UFG. *E-mail*: fausto@fchf.ufg.br